Guzman, Maurício. *La revolución del hombre (homocracia)*. San Salvador, 1984.

Mandam-nos o fascículo acima intitulado escrito por um membro honorário da Associação Interamericana de Escritores, com sede em Buenos Aires, o Prof. Maurício Guzman. Ao primeiro relance, vimos nossas afinidades de opiniões pacifistas, discordando apenas do hibridismo com que as rotulou – *homocracia*.

O opúsculo é sintético e nítido, defendendo um pensamento que prolonga a linha dos combatentes pela emancipação espiritual do "obscurantismo medieval" – processo que ainda não terminou porque infelizmente o mundo não "quedou governado pela lei universal da razão", como escreve o Sr. Guzman (p. 9-10).

"O homem deixou de preocupar-se pela felicidade problemática dos céus" – mesmo porque os mísseis nos espaços prenunciam catástrofes de juízo final.

Mas abreviemos este comentário porque as 50 páginas são provocantes e dariam motivo, não para a limitação de uma nota feita ao correr da pena, mas para salutar digressão. Por exemplo, ao referir-se à solução político-eleitoral que, constitucionalmente, mediante a mecânica de maiorias e minorias partidárias, pretende chegar à terra da promissão da democracia – dá-nos o autor esse notável julgamento: que foi nessa hora que começou *a agonia do dogma da soberania popular* (p. 19).

O dogma começou a desacreditar-se pela história e fora pela dissimetria fundamental de ordem econômica. É a tremenda transição que vive o mundo atual. Aqui exaramos estas notas, louvando o espírito independente do autor, que mereceria mais largos comentários.

Lopes, Marciano. *Royal Briard. A Fortaleza dos anos 40*. Fortaleza, Progresso.

Sobre Fortaleza antiga já foram feitas muitas evocações em livros, sucessivamente publicados pela Imprensa Universitária do Ceará. Livros de excelente impressão, de primorosos escritores, de fino sentimento pelo passado histórico da cidade – João Nogueira, Edigar de Alencar, Octacílio Azevedo, Parsifal Barroso, Eduardo Campos e muitos outros.

Vem agora às mãos deste resenhador o livro do Sr. Marciano Lopes. *A Fortaleza dos anos 40*, que, como escreve Sônia Pinheiro prefaciando-o, "leva até o fundo d'alma da gente a flagrância de um envolvedor e misterioso clima , que emociona principalmente o cearense que envelhece longe da cidade saudosa (é o caso deste escrevinhador exilado no asfalto). As páginas evocativas são repassadas de ternura e afeto por um passado relativamente recente – o autor é um jovem – e escreveu-as com o sentimento que se transmite mesmo aos estranhos à terra e a gente daquele rincão maravilhoso.

É, pois, na verdade, uma obra educativa que inspira respeito a ação das gerações passadas, entrevistas através das gerações presentes. Essa "pregação objetiva", que não se exaure no mero verbalismo patrioteiro, alcança o propósito real de difundir na juventude o sentido da tradição e do civismo, tão necessários neste instante de descaracterização que, na esfera do direito público, se anuncia pela perda de autonomia dos povos subdesenvolvidos envolvidos na ganância das expansões do imperialismo.

Medeiros, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1978.

Não estranhe algum leitor que este registro apareça 10 anos depois do livro do Sr. Jarbas Medeiros ter sido publicado pela Editora da FGV. Para nós, o valor da obra elimina a dimensão temporal. Desta maneira, vez por outra, saltamos para trás, a redigir um comentário sobre teses ainda resistentes de livros que se pretendem sepultar no esquecimento.

Esta obra de Jarbas Medeiros, desde a primeira leitura, afigurou-se-nos bem documentada, criteriosamente pensada, justiceiramente editada. Não tinha ainda desabado sobre os poleiros do autoritarismo o queixume dos constrangidos. Não nos lembramos se escrevemos nosso apoio – mas sempre nos referimos com aplauso ao autor e suas pesquisas.

Esta nota, porém, não é tardia pela simples razão de ser oportuna. O trabalho é insepultável no esquecimento cumprido ao longo deste decênio. E acentua-se bem isto: o resenhador que está resenhando este esquecimeno sempre declarou sua límpida admiração por Francisco Campos e Oliveira Viana, que são dois valores políticos evidentes dessa corrente do pensamento político no Brasil.

Principalmente o pioneiro Oliveira Viana, que, vez por outra, recebe umas bicaradas de alguns marxistas em estado larvar. O prefácio de Raymundo Faoro é de um equilíbrio crítico a toda prova. Porém, nosso "casaco de veludo do mandarinato literário", que ele talha para os elitistas, fica muito estreito – para a livre movimentação do espírito de elites filosóficas e científicas.

Não terminarei sem dizer que um dos valores da pentarquia criticada não mereceria o respeito que se deve a um Oliveira Viana. Motivo? A variação de 180º na bússula ideológica de sua doutrinação longa e obediente aos tabus consagrados.

Nobre, F. Silva. *À margem do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1963.

Temos feito nesta seção tanta resenha de livros que versam assuntos que ignoramos, como acontece com a maioria dos jornalistas, especialmente dos resenhadores, que não hesitamos em fazer este comentário marginal sobre o livro cujo título encima estas aventurosas linhas. E o mais pasmoso é que se trata de um judicioso e lúcido ensaio publicado há um quartel de século – mas que, pela atualidade de sua crítica e excelência dos valores apreciados está a merecer a atenção dos estudiosos que marginam as ciências sociais.

Para início de conversa, recolho esta rápida nota à p. 73. – "um dos problemas mais urgentes na organização da indústria cinematográfica do Brasil é o do treinamento dos argumentistas".

O que sempre disse, com aprazível leviandade, é que o tal argumentista, acossado por uma onda de noticiário prenhe de vivíssimos interesses sociais (o drama da inflação asfixiando as classes necessitadas, as classes felizes cada vez mais obesas nas buates, o estudante pobre se preparando para as disputas de concursos pré-fraudados, o estudante, filho de ricaço, aprendendo técnicas contabilísticas para servir às multinacionais, a balconistazinha emagrecendo e resistindo às solici-

tações do meretrício *doré*, etc.) raramente, excepcionalmente motivam algum drama ou novela nas tevês e no cinema.

O próprio Dias Gomes, com todo seu prestígio de heresiarca social, ao que ouço dizer, tem sido muitas vezes obrigado a cortar certos *excessos* de crítica social e política.

Deixei de lado a boa documentação de autor, que entende bem do assunto, para divagar sobre o que ouço dos críticos anônimos, descompromissados com responsabilidades empresariais. Aproveito para insinuar, como nordestino, que esse movimento cercando a figura execrável de certos bandidos como Lampeão, travestidos em Jesse James e Robin Hood, vítimas de injustiças sociais, é uma visão do marxista do asfalto, que quase nada sabe das façanhas sangrentas dos anais do cangaço.

Nesta resenha, que toma, apenas como motivo de divagação, o livro de F. Silva Nobre, quisemos advertir o interessado de que valeria a pena chamar a atenção dos que estão voltados para o problema, para leitura da crítica de um autor que estudou conscienciosamente esses temas e outros mais ligados à vida social e política do país.

"Crie-se o arcabouço industrial que o nosso cinema exige" – clama o autor. O grito tem 25 anos – e deve ressoar na consciência pedagógica nacional, porque, no final de contas, se trata de um dos mais efetivos métodos de educação do povo.

Paula, J. Alves de. *Monte Arrais: o homem e a obra*. Academia Cearense de Letras e Artes do Rio de Janeiro, jun. 1985.

Monte Arrais começou a vida como advogado em Iguatu, em 1913; foi deputado em várias legislaturas e tornou-se um nome nacional por suas atividades jornalísticas, principalmente no terreno do direito público. Mas foi o livro *O Rio Grande do Sul e as suas instituições governamentais*, em 1925, que lhe granjeou a fama de eminente constitucionalista, defendendo o modelo político adotado por Júlio de Castilhos.

Até certo ponto, o liberalismo constitucional, que frondejava graças ao apostolado oratório de Rui, na imprensa e no Senado, minava a confiança naquelas páginas de Monte Arrais, onde eram acatadas as idéias positivistas. Estas, na opinião de Arrais, correspondiam mais à organização de um Executivo forte que ao ineficiente parlamentarismo das elites latifundiárias que constituíram o fundo das instituições banidas em 1889.

Aliás, Monte Arrais apontara como erro dos fundadores da República a implantação, num país de analfabetos, de um regime que exigia maior consciência das responsabilidades civis e políticas. Tecla assaz realejada pelo oposicionismo, como todo mundo conhece. Em contraposição, é oportuno lembrar que o bom funcionamento das instituições depende mais de fatores morais do que de elites intelectuais.

Costumam alguns estudiosos insistir na progressiva degradação das democracias cada vez mais institucionalmente desequilibradas em face da crítica das correntes geradas pela grande indústria. Entretanto, a análise do problema feita por Le Bon na sua obra antiga intitulada *Psychologie du socialisme* continua de pé, merecendo ainda se reconheça, como argumentava Pareto, as forças místicas que animam os ideais de muitos revolucionários.

Ainda antes da primeira carnificina mundial, Louis Rougier, na obra *Les mystigues économiques*, pouco renovou nos temas que agora o advogado, jornalista e parlamentar cearense nos põe diante dos olhos no seu livro sobre o constitucionalismo inspirado no pensamento positivista, nos começos da era republicana. Pois ainda hoje é um programa digno de meditação. E suas elites, embora reduzidas, continuam uma tradição de estudos que valorizam o conhecimento científico, desprezando tantos tabus do fideísmo e da metafísica. Vamos reler o livro de Monte Arrais nesse momento de tantas indecisões e perplexidades?

É o que nos sugere agora a criteriosa biografia do Sr. José Alves de Paula. Cuidadosamente redigida, rigorosamente certa nos dados que utilizou, o biógrafo rendeu justiça a um dos honestos e eruditos políticos de nossa terra, autor de livros que mereceriam reedições a fim de pô-los ao alcance dos estudiosos.

Planas, Ricardo. *Liberation theology: the political expression of religion*. Kansas City, Sheed & Ward.

O livro *Teologia da libertação*, aqui especificado, de autoria do Prof. Ricardo Planas, condensa vários e ponderosos comentários sobre o seu tema principal, que é o estudo da religião e sua atual expressão política. Afirma o autor:

"Meu propósito único é apresentar a teologia da libertação do ponto de vista da análise política" – mesmo que pareçam remotas as condições que originam esse movimento de emancipação. O autor visa promover a compreensão e avaliação dos pontos de vista que esclareçam a complexidade do tema que se tornou centro de debates nos círculos estudiosos.

Coincidimos na opinião de que "política e teologia encontram-se nos canais culturais comuns da religião". Esta foi sempre vigilante e participante nas formas de governação. A metafísica, diz-nos Carlos Campos, é uma política e suas reflexões envolveram, através dos tempos, os maiores interesses que agitam esse "vale de lágrimas".

Transcrevamos: "O estreito relacionamento entre crenças religiosas e o comportamento aberto (ética e moralidade) sobrevive e nutre-se dentro do ambiente axiologicamente orientado, como o do lar, das escolas religiosas ou da igreja." Porém, em muitos casos, o verdadeiro crente dita normas morais e éticas sobre a sociedade em competição com implicações de doutrinas sociais e políticas de outros valores advenientes.

Na sua introdução, refere-se à força das crenças em levarem os homens à ação, invocando motivo como fraternidade, amor, *pecado*, salvação, Deus. Na luta pelo poder, essa tática de "mobilização desses valores emocionais" é poderosa para lograr resultados dentro do contexto cultural trabalhado pela tradição.

A tensão espiritual da teologia cristã oferece bons exemplos, que se podem hoje ler na produção do Frei Leonardo Boff e de outros libertadores que trabalham as almas com esses alcandorados objetivos. Um ponto de contato tem ela com o marxismo: o movimento é orientado, não para *compreender*, mas para *transformar* a realidade – o que nos cheira a tese XI sobre Feuerbach salpicada com umas gotas do hissope clerical.

Como estamos lendo a primeira parte do livro, que se alonga por importantes aspectos do problema, deixamos a conclusão desta resenha para nosso próximo número, se por acaso algum leitor nos manifestar esse desejo.

Queiroz, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

Começamos esta resenha antes de terminar a leitura do livro: a precipitação destas linhas vem do evidente interesse que nos despertou o perfil justiceiro e veraz que a autora traçou do grande marechal da República.

A coragem silenciosa, a consciência vigilante, a serenidade militar com que Floriano soube defender as instituições nascentes foi bem reconhecida por Suely R.R. de Queiroz com raro tino de equilíbrio. Fez, acima de tudo, justiça ao *jacobinismo*, tão criticado pela prudência e pela cavilação dos que choram suas lágrimas de crocodilo nas evocações da monarquia.

Tem razão a autora ao dizer que "na temática do período republicano, o jacobinismo não passou pelo crivo de análises sistematizantes". A retórica dos admiráveis pronunciamentos de Rui teve ressonância nos meios conservadores onde a construção da ordem jurídica das classes dominantes sobrelevava todos os demais aspectos da vida nacional. Bem que o "caboclo alagoano" mereceu o entusiasmo daquelas juventudes militar e civil. Bendito jacobinismo o que impeliu Floriano, em novembro de 1893, a responder ao primaz dos nossos credores, quando o plutocrata tentou intervir nos negócios brasileiros: "O governo do Brasil não entretém relações com os Srs. N.M. Rotschild & Sons senão como devedores em face dos credores." O jornal de Deocleciano Martyr, que gozava das simpatias dos líderes florianistas, comentava "a preocupação infantil do bacharelismo brasileiro – a das liberdades sociais indiscretas em proveito do elemento português". E apontava, no Congresso, a "pedantocracia dos bacharéis", que hesitava em desatrelar a Igreja do Estado e as medidas conseqüentes de laicização incentivadas pelo positivismo.

Em torno de sua figura, a exaltação foi profunda, rompendo as barreiras das conveniências políticas: eram vibrações do povo, não as comandavam as facções oficiais – e as exéquias do presidente duraram vários dias. "Na verdade – escreve Suely R.R. de Queiroz – os civis sentiram-se violentamente desapontados com a ascensão e permanência dos militares no poder." Na verdade, tal não é verdade. Rui, voltando-se contra Floriano, por ocasião da reforma dos 13 generais, rompera o tiroteio pela imprensa durante quatro meses... Mas queremos apenas resenhar aspectos do livro e, portanto, recomendá-lo à leitura estudiosa dos professores e estudantes, certos de que colherão grande proveito nas quase 300 páginas do criterioso trabalho.

Rastliff, William E. *The selling of Fidel Castro*. Oxford, Transation Books, 1987.

Com prefácio do mencionado editor, chega-nos este volume sobre *A venda de Fidel Castro*. Pelo que tenho lido e ouvido dos órgãos falantes e impressos, o ditador cubano, anos a fio, tem-se recusado a vender-se. Mas se a transação financeira abortou, a transação ideológica assustou o Tio Sam e a parentela ibero-luso continental.

O prefaciador atesta ser um dos assustados quando escreve: "Em certo sentido Castro nos fascinou, não porque seja intrinsecamente interessante, mas porque é perigoso." E de onde promana a sua periculosidade? O Dr. Rastliff elucida-nos: "Castro é perigoso porque negociou as esperanças dos cubanos pela independência nacional, e ao garantir sua posição como ditador, fez de seu país um instru-

mento da União Soviética." E anota outros caudilhos que comprometem menos a "unidade" continental. Por exemplo: o de Nicarágua, o Sr. Daniel Ortega, é apenas um Fidel Castro privado de carisma,

No fraco inglês deste resenhador não havia o termo *bamboozling*, que se pespega no ditador cubano, mas um colega erudito, dicionário à mão, adiantou que exprime tapeação, mistificação, engodo. No entanto, adoça e endossa o termo com outro adjetivo: fascinante. Que há de insinuante fascínio neste mistificador? Enfrentar o imperialismo norte-americano com os mísseis soviéticos? O prefaciador não responde claramente, mas sugere a "combinação de magnetismo pessoal e totalitarismo". Isso evidentemente nada explica. A decomposição dessa personalidade magnética se faz na última frase do prefácio: uma personalidade manipulativa, um nacionalismo agressivo blindando um império internacional: um *caudilho* de métodos mais leninistas que fascistas.

Entenderam? Nem nós.

Mas não se julgue que os ilustres colaboradores do livro bisturizam a figura do ditador cubano para que todos o contemplem uniformemente. Para concluir, reconhecemos que não informamos ao leitor o suficiente para dar uma boa notícia do livro resenhado. Quem poderia comprar Fidel Castro? Trata-se de um monopsônio, isto é, só há, no leilão internacional um comprador. Quem seria, meu Deus?

Tinhorão, José Ramos. *Vida, tempo e obra de Manoel de Oliveira Paiva*. Fortaleza, Imprensa Universitária.

Não importa o atraso deste registro porque o tempo só faz aumentar a admiração pela obra de Manoel de Oliveira Paiva, que são duas e valem por muitas de muitos polígrafos.

O estudo a que nos referimos agora é do Prof. José Ramos Tinhorão. Conta-nos a vida atribulada do escritor cearense desde a época de seminarista. As famílias mais católicas da classe média, passado o aprendizado das primeiras letras, conduziam seus filhos no rumo da Igreja. Na do futuro romancista, a viúva endereçou as moças para a Ordem de São Vicente de Paula, e o jovem Manoel, para o Seminário do Crato. A sensibilidade do moço ressente-se dessa mutação de ambiente. Resumindo: aos 16 anos senta praça, a tuberculose que se iniciava, atrapalha-o, após vencer uma série de obstáculos (que o leitor encontrará no estudo biográfico de Tinhorão) – o triunfo, vagaroso mas firme, vem depois de *D. Guidinho do Povo*, descoberto e saudado por Lúcio Miguel Pereira, Antônio Nunes Valente, Antônio Sales. O romance é, nos seus azares de manuscrito, um romance que está bem historiado pelo seu atual biógrafo Tinhorão.

Depois de tantas tentativas de editá-lo, só 30 anos depois, no início da década de 50, Américo Facó tem a satisfação de noticiar a sua circulação no meio literário nacional.

O Prof. Tinhorão fez uma boa e lúcida síntese, e a Imprensa Universitária cearense prestou, mais uma vez, assinalado serviço às letras, divulgando-lhe a conscienciosa e séria homenagem prestada à memória de um legítimo escritor.

Digesto Econômico, FMI, M-1, M-2, M-3, n. 278.

Um comentário a um número do *Digesto Econômico* com sete anos de atraso é algo de tão inconcebível como os sete anos de pastor de Jacó à espera de Raquel.

Mas o pitoresco é que as interrogações levantadas não mudaram muito. Quer dizer, estamos a braços com os mesmos problemas: correção monetária, estabilização do FMI, o fascismo e o sovietismo, a transcendência e a imanência, os direitos humanos (e os deveres desumanos?), Machado e T. Barreto, usinas nos espaços, cultura, ensino, universidades, etc.

As mesmas perguntas, o mesmo badalar, o mesmo bocejo. As mesmas intrigas internacionais preparando as mesmas guerras.

A mesmice pára aqui – porque as armas são outras. Mas a inconsciência dos líderes é a mesma. E todos os órgãos falantes dizem a mesma coisa: luta de classes, exploração do homem pelo macaco, fraternidade dos tigres vegetarianos, o diabo desiludido pelo declínio da maldade cada vez mais insuficiente.

Diz Lord Chalfont que a sociedade ocidental tem relutância em descobrir seus inimigos. Pregou-se tanto o evangelho da fraternidade que ela não se pode mais defender das agressões. A paranóia imaginativa não distingue mais entre as crenças que pretendem salvar a humanidade do capitalismo cristão.

Glasnost e Perestroika são termos legíveis em qualquer jornal de Cafarnaum e cercanias. Mas não há qualquer sinal de que se restaurasse a saúde intelectual das minorias governativas enquanto prosseguir a concentração armamentista e orçamentívora dos grandes núcleos financeiros excessivamente interessados na felicidade cósmica.

Para exemplificar, transcrevemos, de um relatório "sobre medidas ativas soviéticas" intitulado *Contraponto*, edição portuguesa, v. 4, n. 8, maio de 1988, a inocente informação de que o Inteligence Service britânico tem um corpo profissional de 250 mil oficiais à frente de uma rede tentacular de milhões de espiões, informantes, galopins, agentes graduados, compondo a máquina macabra que assassina, aterroriza, machuca essa pobre humanidade dessangrada, que geme neste vale de lágrimas.

Digesto Econômico, Rio de Janeiro, *44* (329), mar./abr. 1988.

Este número versa vários problemas pertinentes ao liberalismo. Colaboram escritores de reconhecida competência – Márcio R. Schiavo, Jorge Silveira Jacob, Jorge G. Joanpeter, J. O. Meira Pena, Antonio Paim, Benedito F. de Barros, Raphael Valentino.Sobrinho, Ives Gandra S. Martins, Arnoldo Wald, Francisco A. Barbosa, Eduardo J. Daros.

Tomamos o editorial – o ressurgimento do liberalismo – como reflexo da opinião média dos debatedores, embora haja teses que divirjam fundamentalmente. Esta, por exemplo, encontra oposição: a de que o liberalismo se imponha, *mesmo com freadas*, em alguns países em desenvolvimento. Em outras palavras, será um tipo espasmódico, *saccadé*, de liberalismo.

Logo adiante, diagnostica: "O mundo não será socialista." Quem no-lo provou? O editorial responde: François Mitterrand. Se a ressurreição depende das oscilações e vacilações do estadista francês, adeus liberalismo!

Quase todos, assustados com as ameaças ditatoriais chocadas no liberalismo, receiam a carência de vigilância, que é o preço da liberdade. E o meio de assegurar os impedimentos à expansão da liberdade é a instituição de mecanismos de controle efetivos, isto é, regimes discretamente ditatoriais.

Outro ilustre colaborador afirma que a raiz do problema é o crescimento demográfico: só nos fins do próximo século nossa estabilização se realizará com 300

milhões de brasileiros. E os especialistas no tema da fertilidade inferem que a instrução é um fator inibitório das taxas de fertilidade. A ignorância e a miséria são os aliados da proliferação.

Um dos ilustres debatedores aponta o deslocamento do "eixo doutrinário brasileiro para a órbita do positivismo cientificista, construtivista e autoritário de Comte" como responsável pelas transformações que se operaram nas instituições e na economia geral do País.

Nesse rápido relance, queremos apenas encarecer a leitura desse número do *Digesto Econômico*, ao alcance dos estudiosos nas bancas de jornais e nas livrarias do País.

Digesto Econômico, Rio de Janeiro, *44* (330), maio/jun. 1988. Número sobre a *Abolição da Escravatura*.

O presente número, com a competente colaboração que o ilustra, confirma os anteriores. Portanto, *plaudite, cives*. Os assuntos tratados podem se repartir em dois grupos: a) assuntos permanentes; b) assuntos transitórios.

Acontece que neste imenso país o que é transitório ganha estabilidade, e o que é permanente torna-se vacilante.

Por exemplo, nos demais países, quando se declara a inflação, mobilizam-se os órgãos incumbidos de ter medo dessa diátese financeira e, passados meses, assiste-se aos primeiros declínios da ameaça.

Entre nós o procedimento é outro. A autoridade máxima convoca para o misterioso fenômeno os especialistas que o assessoram e, à medida que se executam os alvitres redentores, os preços sobem com uma execrável pontualidade. Os áugures romanos debelavam esses males espiando eruditamente as entranhas das aves. Os nossos técnicos abandonaram essas normas salutares e fazem seus horóscopos financeiros com tal sabedoria que comovem as favelas esfomeadas, mas eleitoralmente vitoriosas.

O liberalismo acode, recrudescente, para confiar-nos esse remédio impressionante: a ordem espontânea, que nasce entre os homens livres, é anterior à ordem formal, cristalizada nas burocracias e juridicamente estruturadas. Mas não abre as válvulas que reclama o liberalismo – e as panelas das classes infortunadas continuam vazias.

Daí resvalam para a idéia da nocividade do Estado. O paraíso econômico liberal estaria no mercado isento da normatividade e entregue aos mecanismos que Deus ou a história criaram no decurso do tempo.

Leio na revista citada: "O crescimento econômico é estimulado pela liberdade e espontaneidade dos agentes particulares no mercado." Na verdade é a opinião que vai lavrando na consciência política das minorias mais ou menos liderantes do País. Reconheçamos, porém, que esta convicção é velha, apenas rebocada com novas cores. Não inclui, no balanço que faz, os segmentos de insatisfação crescente que se concentra nos contingentes de protesto social e político.

Dois pontos, publicação da Secretaria de Educação Superior, Rio de Janeiro, n. *40*, trim. 88.

O que chama a atenção do leitor é o artigo central do opúsculo O descrédito da universidade, que, na opinião do articulista, destina-se a promover "nova ofensiva dos grupos de direita contra o ensino público gratuito"

Aceita-se, como sentença passada em julgado, que a situação daquelas entidades é ingovernável. A causa? Os grupos de direita. Claro que a acusação vem da esquerda, que se opõe entusiasticamente à gratuidade do ensino superior, "sufocado pelo autoritarismo". A não ser na propaganda do esquerdismo, o invocado sufoco é atualmente uma simples figura da retórica arruaceira. Não consta que medidas repressivas impeçam greves e livros ou livrecos dessa literatura que sopra na cabeça juvenil um socialismo pubescente, através de tantas editoras empenhadas em discutíveis traduções.

Mas no correr das acusações tolas, há uma verdade – a da transfiguração dos reitores em mendigos de beira de orçamento para conseguir equilibrar os quadros docentes. O Banco Mundial deu a fórmula velha e revelha – o ensino pago. Porque, na realidade, na onda não-pagante, ingressa o contingente alentado dos alunos prósperos.

Quem fiscaliza com o necessário rigor social os recursos concedidos?

Sejamos imparciais: ao artigo, se bem que se esforce para apresentar uma direita reacionária responsável por manobras esquerdistas no comum acordo de avacalhar tudo, não o consegue – porque cá e lá más fadas há.

Confronto entre os docentes e o governo é tática de pura agitação, que agradaria aos pescadores de águas turvas.

O mal mais grave – ao que nos parece – é a progressiva deterioração das técnicas empregadas para seleção e verificação das provas escolares, da seleção de bolsas de estudo, seriedade das contratações e honesta compreensão dos professores em suas funções docentes.

Il Politico, Revista italiana di scienze politiche, *52* (3), set. 1987.

Neste número há um artigo do Prof. Tibor Szabó que logo nos chamou a atenção. Intitula-se Ditadura, democracia e fatores subjetivos no pensamento de Luxemburgo, Gramsci e Lukàcs.

O marxismo vivia então seu período de esplendor nos meios socialistas na Europa. Estudavam-se alguns teóricos nas universidades, discutiam-no na 1ª e 2ª Internacional, reformistas e oportunistas se esgadanhavam em seu nome. Aproximavam-se os dias fogosos da 3ª Internacional e do Comintern.

O stalinismo iria eliminar, sinistro e odiento, os adversários de Koba (nome familiar do secretário-geral entre os "amigos"). A revista *Proletarkaja Revolucija* caracterizava Rosa Luxemburgo como precursora ideológica de Trotsky, e começavam a editar as obras completas de Gramsci. Lukàcs aproximava-se deles. A ditadura stalinista iniciava seus massacres e extermínios. Os velhos companheiros de Lênin, através de um processo ignóbil, foram fuzilados sob a acusação de um cão hidrófobo chamado Vishinski.

Bukharine, na véspera da morte, indagava num bilhete: "Koba, de que te servirá meu fuzilamento?"

Mas não é disso que trata o artigo, mas de coisa mais fútil: de um paralelo biográfico entre Gramsci, Luxemburgo e Lukàcs, que vale a pena ler-se. Não nos deteremos neles e na evolução de cada um deles. Os "fatores subjetivos", na hipótese, são o próprio processo histórico que os conduz na convergência da ação revolucionária. O movimento socialista não é a ilusória conseqüência da vontade de elites, mas efeito das massas sublevadas.

Decretos não produzem socialismo de qualquer natureza, porque vêm de *baixo;* apenas esse *baixo* não é tão baixo que não reflita uma consciência social definida

nas suas finalidades ideológicas e nos seus princípios de solidariedade humana e superioridades ética.

Resumindo, vale a pena a leitura meditada do trabalho do Prof. Tibor Szabó, que não é apenas uma monótona repetição rezada nas capelas do stalinismo

Universidad de Lima. *Ius et Praxis*. Facultad de Derecho y Ciencias Políticas n. 10, dic. 1987.

Ius et Praxis é uma revista da Universidade de Lima que já se impôs ao público especializado pela excelência de sua colaboração O nº 10 aqui resenhado traz notáveis ensaios no campo jurídico dos Profs. Victor Larrea Vilela, Alfredo Di Orio, Javier Vargas e Domingo Garcia Belaunde.

O tema discutido no primeiro ensaio, de Victor L. Vilela, é a significação da propriedade das empresas estatais à luz da legislação peruana, o que não impede o autor de fazê-lo do ponto de vista doutrinário e generalizador.

O ensaio do Prof. Javier Vargas versa sobre a propriedade no império incaico. Faz curiosas anotações sobre uma modalidade de exploração da terra, anualmente distribuída pelo soberano, como poderia ocorrer no socialismo: tudo pertencia à organização estatal, que regulava a produção e o consumo. Vêm a seguir informações mais detalhadas sobre tais aspectos, recolhidas principalmente dos escritos de Garcilaso de la Vega, de Fernando de Santillon, Pe. Ocosta.

No resumo de suas considerações sobre o sistema, escreve:

"O regime de propriedade existente no Império repousava, indubitavelmente, numa tradição ancestral das comunidades ou clãs primitivos, unidos familiarmente desde os primeiros tempos, para vencer a natureza inóspita." Assinala que o Sociólogo alemão Cunow, que tanto menosprezou o trabalho de Garcilaso de la Vega, comete alguns erros, entre os quais o de analogias entre a "marca" incaica e a "marka" dos antigos germanos.

A parte da revista dedicada às teorias e doutrinação encerra-se com o estudo do Sr. Domingo Garcia Belaunde, Constituição econômica no Peru atual, cuja leitura encarecemos ao estudioso de ciências.

Pensamiento Iberoamericano, Revista de economia política, n. 12, jul./dic. 1987.

O tema central deste número da excelente revista dedicada aos assuntos econômicos ibero-americanos é o Meio ambiente, deterioração e recuperação, tratado por um escol de especialistas – Nicolo Gligo, Juan Martinez Alier, José Manuel Laredo, Eneas Saleti, Adelia E. de Oliveira, e outros colaboradores de renome.

De início, o editorial introdutório dá-nos uma síntese feliz do objetivo estudado: exame do "processo progressivo e acumulativo de apropriação social do meio ambiente natural e sua transformação em um meio ambiente artificializado e construído"

Fatores naturais e humanos se conjugam na criação desse meio em que o homem se realiza e que, na moderna antropologia, é designado como *cultura*. Essa transformação, que repousa primordialmente no *trabalho humano* potencializado pela tecnologia, é um longo processo histórico e tem seu *custo* avaliável na deterioração e no esgotamento dos recursos produtivos, cuja previsão defensiva é um dos grandes problemas das nações. Daí a idéia de um colóquio sobre o tema, que a revista decidiu organizar em Sevilha e que despertou um sem-número de interrogações nos terrenos da prática e da teoria.

"Isolar a questão ambiental, negando-lhe seu papel político, é desconhecer a base fundamental para que possa ser realmente integrada na política de desenvolvimento."

O estudo sobre os ecossistemas de cafeeiros na Colômbia compreendeu uma estratégia para conservação dos recursos vivos com estabilidade para assegurar um desenvolvimento, sem oscilações prejudiciais ao nível produtivo. Destarte, tenta-se afastar a surpresa de uma inopinada queda dos rendimentos. A lição, nesse terreno, advinda da experiência colombiana desde o último quartel do século XIX, foi bem aproveitada pelos teóricos, preocupados em defender a fonte mais importante de divisas estrangeiras.

É um exame integral, que não se adstringe a equacionar o problema com variáveis físico-bióticas e conjunturais, inserindo-o num contexto integral e a largo prazo.

O Sr. Julio Carrigoza Umaña analisa com muita competência o problema sob vários aspectos políticos e sociais.

As notas que, desalinhavadamente, fomos coligindo nesta brevíssima notícia informam precariamente o leitor, pois este número contém ainda importantes e criteriosos estudos sobre problemas da atualidade, de natureza econômica, social e financeira feitos por especialistas de responsabilidade científica.

Política & Estratégia, São Paulo, Convívio, *5* (4), out./dez., 1987.

O tema da Antártica e a posição da Argentina sempre prendeu a atenção desse obscuro redator, e a Revista *Política & Estratégia* tem publicado bons estudos a respeito. Neste número que ora resenhamos, após o longo e erudito ensaio do Sr. Carlos Maria Lezano sobre a crise do Estado militar no Paraguai, deparamos com o estudo do Prof. Jack Child – A Antártica e o pensamento geopolítico argentino.

De início, reconhece-se esta verdade: a de que acadêmicos e políticos internacionais desconhecem o que se divulga sobre o relevantíssimo assunto. Quase sempre se supõe que jazidas petrolíferas são o motivo das rivalidades. A ambição dos monopólios governa o mundo.

No caso das Malvinas, entretanto, toda uma longa história depõe a favor da pátria da Echeverria e Sarmiento, por mais que historiadores anglófilos se esforcem na defesa do desdentado e declinante poderio britânico. A pobre Guatemala tem Belize no dente até hoje – e dele não se despoja.

A solução da internacionalização ou de uma "nova ordem antártica" é o tipo da embromação diplomática à inglesa, agora envernizada com a geopolítica, que é uma ciência a reboque dos doutrinadores do imperialismo. A península é chamada pelas nações interessadas na exploração à maneira de suas pretensões. Os ingleses chamam-na de península Palmer; os chilenos, terra de O'Higghens; os argentinos, terra de San Martin.

O ensaio, porém, é um tanto evasivo nas conclusões. Nestas resenhas, que não têm outra pretensão além da de realçar os fatos, já opinamos pela legitimidade da posição argentina, e as leituras posteriores não enfraqueceram nossa convicção. A Argentina não é apenas "uma candidata especial a desafiar ou deteriorar a continuidade do Tratado Antártico" – é a sua própria soberania que se estende por aquelas regiões.

Nota: Nesta conclusão está a opinião pessoal do resenhador, sem qualquer responsabilidade desta revista.

Review, Fernand Brandel Center, Winter, 1988. *11* (1).

O debate enfeixado nesta coletânea dirigida pelo Prof. Dieter Senghaas, da Universidade de Bremen, República Federal da Alemanha, versa sobre o Desenvolvimento europeu e o Terceiro Mundo – e por aí já se entrevê a gravidade e a extensão dos problemas abordados por Samir Amin, autor de *A acumulação em escala mundial;* Aquino de Bragança, último diretor do Centro de Estudos Americanos, da Universidade de Maputo; Jacques Depelchin; Ferenc Fehér, autor de *The trozen revolution;* e pelo Prof. D. Senghaas, autor de *European experience*.

Esta equipe examina longa e cuidadosamente as questões formuladas no cenário mundial; em torno delas, duas ordens de especuladores assumem posições: os que profetizam o apocalipse e os que confiam na Providência, que já se desinteressou pelo problema. Não pretendemos examinar – mesmo *à vol d'oiseau* – o imenso impasse que se abriu para a humanidade. Só mesmo lendo o livro poderia o leitor apreciar a variedade desses especialistas. Quase todos eles são técnicos de idéias. A par dos dados auferidos nas fontes científicas, elucubram sobre hipóteses e possibilidades. Quer dizer, manipulam idéias, maquinam soluções, *futurogizam* à custa dos nossos temores.

Redargüirá o cético que, no final de contas, são "palavras". Mas a palavra traduz idéias que refletem reações a situações pessoais – e que, por sua vez, originam correntes de opinião pública formadoras dessa atmosfera, que, eletrizada pelos interesses financeiros, conduz à guerra. No fundo de tudo, vamos encher os ouvidos com as rivalidades sangrentas que aquelas palavras prenunciam.

Diz-me o que lês e eu te direi quem és – eis o atualíssimo aforisma a relembrar nestes dias de apreensões aziagas. Foram esses pensamentos espavoridos que acudiram ao inocente escrevinhador destas notas ao percorrer os enunciados desses especialistas nos debates de assuntos tão temerosos.

Pensar a guerra é aliás uma expressão de seu maior teorista, que foi Clausewitz, no comentário de Raymond Aron. Por que não fazer o contrário: *pensar a paz?* O *si vis pacem para bellum* é a maior impostura que já se proclamou à luz do sol. Voltaire, cínica e honestamente, dizia que Deus tinha particular predileção pelas nações bem armadas. Transpunha para a responsabilidade divina uma reflexão satânica.

Revista de Direito Administrativo, v. 169, jul./set. 1987. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas

A seleção do material normativo atinente ao serviço público revela a competência dos organizadores da *RDA*. Basta ao leitor – e especialmente ao advogado – correr a vista para compreender que também este número não pode faltar nas suas estantes profissionais.

Na matéria doutrinária, não esqueceria esta resenha de deter-se no artigo do ilustre professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho – A idéia da Constituição no mundo contemporâneo.

É sabido que desde o final da I Guerra Mundial o campo do direito público alarga-se – e, na órbita das cartas magnas, se inserem direitos que o industrialismo, as instituições políticas e econômicas e as reivindicações socialistas têm provocado nas construções do direito público moderno.

O catedrático da USP, citando Loewenstein, menciona que *constituição semântica* é a que perpetua no poder seus defensores de fato. Não nos parece feliz o

apelido. Por que torcer a significação daquele adjetivo para indicar força estabilizadora? Isso é positivamente fútil.

Outra banalidade é presumir que a Constituição dê respeitabilidade ao poder. O que dá estabilidade e respeitabilidade ao regime é a força constituída num sistema de sanções jurídicas.

A energia jurígena é criadora de estruturas normativas e por isso mesmo o período revolucionário que o mundo vive abre caminhos de renovação nas modernas práticas de governação.

Onde, como lucidamente escreve a insigne constitucionalista, o Estado do tipo marxista ou assemelhado estabeleceu constituições por decisão única do Partido Comunista, traiu-se a finalidade democrática, mesmo que se pretenda invocar, sinuosamente, técnicas de *referendum* pópular.

Recomendamos aos estudiosos a leitura da lição do eminente catedrático, que é um dos melhores mestres da juventude acadêmica bandeirante.

Instituto de Documentação. "Sumários correntes de ciências sociais". Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1986.

Embora mimeografado e destinado às exigências internas de seus cursos, estes *Sumários correntes de ciências sociais* prestam inestimáveis serviços aos alunos dessas hoje tão freqüentadas aulas.

Organizados pelo nosso Serviço de Referências da Biblioteca Central da Fundação Getulio Vargas, seu objetivo é nimiamente didático e informativo, levando ao conhecimento dos que estudam livros e documentos necessários à consulta e às classes respectivas.

Não fosse a apertura das verbas atuais, proporíamos ao diretor do Instituto de Documentação, Prof. Benedicto Silva – que tanto se esmera nas tarefas culturais de sua órbita administrativa – a edição para um público maior, saída de nossos prelos, que muito têm feito pelo renome de nossas publicações. Nesse campo, as revistas e obras lançadas atingem alto nível, como facilmente se pode verificar em nossos catálogos.

Pelo sumário referido, o interessado tem estampado o frontispício da obra, com os títulos do conteúdo da matéria, resenhas de livros estrangeiros e nacionais, ao alcance dos estudantes que desejam consultá-los em nossa biblioteca, hoje bem enriquecida, sob competente orientação de funcionários especializados.

É através da leitura e, portanto, do livro que se pode fortalecer o espírito democrático. Interrogações essenciais à vitalidade dessas instituições que visam a participação popular no funcionamento das estruturas do direito público não podem ter respostas da ignorância das massas, mas de elites estudiosas a serviço dessas massas.

É a inteligência filosófica e científica que nos responderá a perguntas deste alcance: o que é a nova querela humanística? Que benefícios trará ao progresso coletivo? Por que há guerras fratricidas nas expansões do colonialismo? Por que supremacia e supralegalidade constitucional? O que encobre o sistema colonial de mandatos defendidos pelas grandes potências? Qual a significação da luta entre revolução e contra-revolução no Irã islâmico? Por que o protesto dos povos oprimidos deve envolver uma teoria política?

Estas indagações implicam exame, inquérito, conhecimento científico, e não meras loqüelas de sectarismos ululantes. E não foram improvisadas para efeito

desta resenha, mas sim extraídas de uma pilha de folhas mimeografadas do INDOC desta Fundação, indicativas dos caminhos e métodos para uma boa formação intelectual. Todas giram à volta de problemas atuais e atualíssimos, que cercam a inteligência dos alunos por todos os lados do seu aprendizado.

Estas palavras pretendem apenas incentivar a compreensão do trabalho que está a cargo dos órgãos informativos e documentais, freqüentemente despercebidos de grande parte dos responsáveis pela comercialização e propaganda de suas publicações.

Pereira Lima. *Filosofia da população*. Rio de Janeiro, 1988. mimeogr.

O sagaz ensaísta deste trabalho – que nos chegou por intermédio de um de nossos colegas desta revista – revela, evidentemente, raras qualidades de observação e crítica. Se, no momento, o acúmulo de material a ser publicado não fosse excessivo em face de nossa trimestralidade, que não o esgota, atenderíamos gratamente à solicitação feita.

Mas não quisemos deixar passar em silêncio o valor do ensaio. Na sua opinião, a causa das transformações que abalam as sociedades reside no homem, segundo Fustel de Coulange, onde passadas gerações tiveram seus primeiros *rendez-vous* com a sociologia ainda pubescente.

Mas a que se deve esse pasmoso aumento das populações? O autor rejeita várias hipóteses. Às migrações? Aos fatores da inteligência?

Retiro da p. 5 esta assertiva peremptória: "O progresso se condiciona ao aumento de população. Se esta não aumentasse não haveria progresso." Não foi a imensa população chinesa da época dos mandarins que dessacralizaram o rabicho e romperam a famosa muralha que isolava a China do resto do mundo.

Advirta-se, porém, que o autor tem uma teoria dele: a causa é "a subdivisão do trabalho, o fator do progresso ou ao menos um índice dele". E o que produziu a divisão do trabalho? Às vezes, a linguagem da exposição é de uma singeleza comovente. Por exemplo: quando fala do número de idéias e de verdades usufruídas.

A incursão pela pré-história e pela história não proporciona razões que inspirem uma solução à árdua pergunta. De qualquer modo, louvamos o esforço do autor para encontrar a resposta à pergunta que enfrenta.

Por sua própria natureza, o tema é dispersivo. Quer dizer, ramifica-se por vários setores das ciências sociais – e o autor exprime bem esse aspecto quando diz que "há sempre disparidade na história", e que "o fator da disparidade é a lei de Malthus". Isso exigiria maiores reflexões. A correlação da tese malthusiana com o capitalismo industrial é muito importante na tentativa de enunciar o tão decantado princípio de Malthus, que já despontara na discórdia célebre entre o pastor e o maior economista do capitalismo, que foi Davi Ricardo..

Relatório anual da Funabem, sob a presidência de Marina Bandeira de Carvalho. Rio de Janeiro, Ministério da Previdência e Assistência Social, 1988.

Ao ler as páginas da digna Presidenta Marina Bandeira de Carvalho, o leitor, mesmo desatento ou alheio ao problema, involuntariamente evoca as contestadoras cenas de menores abandonados ao léu da sorte e das ruas. E esta evocação associa-se, em seu espírito, aos votos íntimos de que tais realizações anunciadas e as

esperanças prometidas recebam o mais irrestrito e permanente apoio dos responsáveis pela administração pública.

Quem não reconhece a urgência desses itens fundamentais do seu programa: a) medidas assecuratórias da desconcentração de renda e de poder; b) acesso à propriedade da terra aos que nela trabalham; c) salários condignes aos trabalhadores do agro; d) universalização da educação?

Agora, sabemos pela voz do próprio órgão que foi reformulado o programa, definindo-se a clientela por discriminação das respectivas áreas. Para fins orçamentários, ficou assim tipificada:

1. a do menor infrator;
2. a do menor abandonado;
3. a do menor com deficiência física ou mental;
4. a do menor sob tutela do poder

O relatório estende-se na apreciação de vários aspectos do complexo problema. Qualquer estudioso de ciências sociais sabe que os problemas relativos ao menor se radicam na famflia, que é o barômetro por excelência pelo qual se avalia o grau dos desajustamentos sociais.

Na sinopse das medidas que pretendem intensificar e dilatar seu raio de ação, a Funabem define seus objetivos estratégicos em 16 itens de um programa criterioso e oportuno que, sem dúvida, merecerá o apoio dos que se batem pela saúde física e psíquica das novas gerações.